

A REFORMA DA ESTRUTURA SUPERIOR DAS FORÇAS ARMADAS
Um processo apressado e sem propósito entendível

Sessão de lançamento do livro
Centro Cultural de Belém, 10 de novembro de 2021

Intervenção do General José Luiz Pinto Ramalho
(Presidente da Direção do GREI)

- Exmo. Senhor General Ramalho Eanes
- Exmo. Senhor Professor Doutor José Gil
- Exmo. Senhor Presidente da CDN da AR
- Exmos. Senhores Deputados, Embaixadores, Professores e Doutores
- Exmos. Senhores e Senhoras Convidados
- Exmos. Senhores Generais e Almirantes, antigos CEMGFA e CEM da Marinha, do Exército e da Força Aérea
- Caros Membros do GREI
- Exmos. Senhores Oficiais Generais, Oficiais e Sargentos
- Exmos. Senhores Representantes das associações socioprofissionais de militares
- Exmos. Senhores Profissionais da Comunicação Social
- Minhas Senhoras e Meus Senhores

Na qualidade de Presidente da Direcção do GREI cumprimento os demais Presidentes dos Órgãos Sociais – Assembleia Geral, Conselho e Conselho Fiscal – e, em primeiro lugar, agradeço a Presença de todos os que aceitaram o nosso Convite para participarem nesta sessão de lançamento do Livro, da responsabilidade do GREI, que regista todo o processo da alteração legislativa até à data da sua edição, da Lei da Defesa Nacional e da LOBOFA, referida pelo Governo como uma reforma da estrutura superior das Forças Armadas, já promulgada por Sua Excelência o Presidente da República.

As intervenções que, depois dessa data, continuaram a ser produzidas serão inseridas numa publicação de índole mais alargada, a ser publicada brevemente, para que não se percam e façam também parte desse processo de intervenção pública sobre esta matéria.

Relativamente à condução de todo o processo e à sua concretização, consideramos que o Livro é suficientemente claro quanto às críticas relativas à forma como foi conduzido, aos objectivos nunca enunciados de forma clara, à ausência de argumentos que justificassem as opções tomadas e, sobretudo, a uma condução do processo que tornou claro um deficit de participação institucional.

Estão reunidas assim, para memória futura, as muitas posições sobre esta alteração legislativa, tomadas por parte de várias entidades

institucionais, da Sociedade Civil, de antigos Presidentes da República, de antigos responsáveis militares, do topo da hierarquia militar e, também, da Comunicação Social, numa participação pública, nunca vista até à data.

Desejável seria que este sobressalto cívico não esmorecesse e que pudesse contribuir para o necessário debate nacional, urgente mas sempre adiado, sobre a importância e necessidade de se tratar e considerar a Instituição Militar, desde o início da nacionalidade inerente à nossa identidade como Nação, como uma Instituição Estruturante do Estado e como um dos seus atributos estratégicos.

O GREI agradece o Prefácio elaborado pelo Senhor professor Doutor António Barreto, que exprime bem as preocupações dos militares sobre o futuro que esta opção coloca, assim como a oportunidade e justeza dos alertas que deixa à sociedade civil. Agradecemos também ao Professor Doutor José Gil a sua generosa disponibilidade para fazer a apresentação do Livro.

Na passada semana tomou-se conhecimento da aprovação pelo Conselho de Ministros das novas Leis Orgânicas, não do seu conteúdo mas do facto em si, seguindo-se o mesmo processo do passado, revelando um verdadeiro autismo legislativo, mais uma vez revelador de um deficit de discussão e participação institucional, restando agora aguardar pela especial atenção que Sua Excelência o Presidente da República declarou que iria ter relativamente a estes diplomas, aquando da promulgação do pacote legislativo anterior.

Como já foi referido, em publicação distinta, o factor determinante deste processo foi sempre a “pressa”; desprezou-se a experiência do passado e as percepções institucionais, privilegiou-se a urgência desnecessária, o imediatismo, a superficialidade, o oportunismo e a ignorância, em detrimento da doutrina, da competência, da transparência e da procura responsável da eficiência e eficácia das organizações. O que prevalece é que se abriu caminho ao experimentalismo e à possibilidade de consequências inesperadas e indesejáveis, como o autoritarismo, o carreirismo e mais grave que tudo isso, a governamentalização das Forças Armadas.

A realidade actual é a de que continuam por resolver os reais problemas das Forças Armadas: carência de Efectivos, desinvestimento no Reequipamento e Manutenção dos equipamentos e Infra-estruturas e no Apoio Social, designadamente na Saúde, não esquecendo também a assimetria negativa, em termos salariais e de apoio à aposentação e à Família Militar, relativamente aos outros Corpos Especiais do Estado, que sempre foram referência para os servidores militares.

O irrepreensível e excelente desempenho das Forças Armadas durante a Pandemia e em particular no processo de Vacinação, a par do reconhecimento internacional do elevado desempenho das nossas Forças Nacionais Destacadas em missões multinacionais, não pode servir para escamotear a omissão na resolução das lacunas atrás referidas e lançar dúvidas quanto à primeira prioridade das Missões Constitucionais e

características operacionais do Sistema de Forças Nacional – a Defesa Militar da República.

Paralelamente, como garantia de uma liberdade política e militar, no seio das Alianças e Organizações em que nos inserimos, importa garantir às Forças Armadas, a capacidade militar credível, que nos permita ser parceiros nos grandes acontecimentos internacionais da defesa cooperativa, possibilite ao País ser co-autor das decisões nesses domínios e ser co-responsável na sua implementação e não, por manifesta incapacidade militar, ser um actor dispensável e irrelevante.

O GREI, de acordo com os seus Estatutos e nesta data com cerca de meia centena de Associados, Oficiais Gerais, dos três Ramos das Forças Armadas, fora da efectividade de serviço, mas com registo legal e público, continuará a assumir uma participação cívica, no âmbito daquilo que é o legítimo direito de cidadania democrático, de escrutínio responsável pela Sociedade Civil das acções do Governo, designadamente naquilo que importa às Forças Armadas, à Defesa Nacional e, nestes domínios, ao País.

Termino, agradecendo a Vossa Presença e a Vossa atenção.

Muito Obrigado